

# Revista Iberoamericana de Turismo



MINISTERIO  
DE ASUNTOS EXTERIORES  
Y DE COOPERACION



## PELOS CAMINHOS DA MUSEOLOGIA EM PORTUGAL

**Manuel de Azevedo Antunes**

Doutor em Ciência Política pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Portugal.

Professor da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Portugal.

E-mail: [mantunes@ulusofona.pt](mailto:mantunes@ulusofona.pt)

### Resumo

A humanidade começou com a recolção. Os mitos, as estórias e a história para lá remetem. Da recolção à coleção passaram milénios. E milénios passaram também até à “Casa das Musas”. Tanto a ocidente como a oriente. Como milénios (já menos) passaram até aos “Gabinetes de Curiosidades” ou às “Câmaras de Maravilhas”, para se chegar aos Museus oficiais, abertos ao público, só no século XIX, no Brasil antes que em Portugal. Isto serve de pretexto para introduzir os “Caminhos da Museologia em Portugal”, das suas origens aos nossos dias. Onde se mostra que Portugal não se manteve indiferente aos ventos museológicos, sob a influência do iluminismo e do enciclopedismo, no séc. XVIII; passando, depois, pelo liberalismo do séc. XIX, até finais da monarquia; entrando pela I República e ditadura do Estado Novo, até depois do 25 de Abril de 1974, onde se dá uma rutura museológica, com a proliferação de novos museus, por todo o país, sob os auspícios da Nova Museologia.

**Palavras-chave:** Ecomuseu. ICOM. MINOM. Museu Integral. Nova Museologia.

## 1 INTRODUÇÃO

Está a fazer 30 anos que foi criado o Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM), em Lisboa, na Assembleia Geral Constituinte deste Movimento, a 10 de novembro de 1985.

Dez anos depois, por Escritura Pública de 23 de junho de 1995, na mesma cidade, era constituído também, como Associação, o MINOM em Portugal.

Este ano, é pois, um tempo de comemorações para a museologia. Principalmente para a Nova Museologia.

Daí esta oportunidade para analisar o percurso da museologia, em Portugal, que, graças ao MINOM, muito tem a ver com a museologia latino-americana.

Após um enquadramento geral, tenciona-se observar, com algum detalhe, o aparecimento e evolução dos museus portugueses.

Seguir-se-á a tentativa de esclarecer a rutura museológica que significou a “Mesa Redonda sobre a Importância e o Desenvolvimento dos Museus no Mundo Contemporâneo”, de Santiago do Chile, em 1972, com as suas ondas de repercussão por todo o mundo, nomeadamente em Portugal.

Passando, depois, à verificação/compreensão das aplicações da Nova Museologia em Portugal, tanto a nível do pensamento teórico como da práxis museológica.

Como metodologia, além da experiência pessoal sobre estas matérias, foi-se buscar, à espuma dos tempos, alguns dos textos e autores a quem a museologia tanto deve. Aqui fica, para eles (e para muitos mais que estão por evocar) esta singela homenagem.

## 2 DA ARCA DE NOÉ À CASA DAS MUSAS

A humanidade começou com a “recoleção”. Mas passou depois, também, à “coleção”. Não é, pois, de admirar que colecionar seja, ainda hoje, uma das tarefas dos museus.

Como refere Peter Weibel (2013, p. 9):

De acordo com o nosso ponto de vista, colecionar significa cuidar das obras de forma a garantir que elas não desapareçam. Se investigamos de forma rigorosa a documentação sobre quantas obras de arte poderiam ter sido preservadas para a posteridade durante o último milénio, verificaremos que os dados estatísticos variam entre os sete e os dez por cento. Este resultado lamentável, que indica que noventa por cento das obras de arte criadas pelo ser humano desaparecerá, não representa nenhuma surpresa perante o facto sinistro e bem conhecido de civilizações e culturas inteiras que desapareceram e são reduzidas a pó ou soterradas.

O mito bíblico da Arca de Noé (Génesis, 6-9), plagiado da lenda suméria do “Ciclo de Ziusudra”, representa, na tradição judaico-cristã, a ideia de salvação de pessoas (a família de Noé) e animais. Enfim, uma espécie de Jardim Zoológico ou de Museu de “Estória” Natural, em que está presente a ideia de colecionismo. E, em termos simbólicos, é bem a expressão do que se passa com a escassa preservação do património cultural que tem acontecido ao longo da história.

Por sua vez, na antiga Gécia, de onde vem o étimo, o museu (“mouseion”) era um templo das musas, as nove filhas de Mnemosine e Zeus, divindades mitológicas, inspiradoras da criação artística ou científica, como a poesia, a música, a oratória, a história, a tragédia, a comédia, a dança e a astronomia.

Isso, naquela época distante em que os deuses andavam entretidos com as querelas e negócios dos homens, acabando, depois de várias guerrilhas, por abandoná-los à sua sorte, tendo estes, fracos como sempre diante do encanto das musas, deixado elas como únicas moradoras daqueles recintos de sabedoria (Del VALLE, 2012a, p. 112).

As oferendas, em objetos preciosos e/ou obras de arte recebidas nessas “casas das musas”, para agradar aos deuses, eram, muitas vezes, expostas ao público, mediante o pagamento de uma quantia em dinheiro.

Isso aconteceu na Grécia, no império romano e pelo oriente.

O mais famoso museu desses tempos ficava em Alexandria, criado por Ptolomeu I, no séc. III a.C., inicialmente como uma escola de filosofia, que, mais tarde, veio a dar origem à famosa Biblioteca de Alexandria, financiada pelo Estado, para a manutenção e produção de conhecimento.

Durante a Idade Média europeia, manteve-se a prática do colecionismo: com os acervos de preciosidades, património que podia ser convertido em moeda, para financiamentos estatais; coleções de objetos ligados ao culto, relíquias de santos, manuscritos requintadamente ilustrados e objetos litúrgicos.

No Renascimento, floresce o colecionismo privado de banqueiros e comerciantes, que financiavam a arte sagrada e profana, ou se dedicavam à busca de objetos da antiguidade clássica. A apreciação dessas coleções e o acesso ao local onde se encontravam guardadas, era privilégio dos nobres, clérigos e artistas.

Nos sécs. XVI e XVII, com a moderna globalização, surgiram pela Europa “Gabinetes de Curiosidades” ou “Câmaras de Maravilhas”, com coleções de peças das mais

variadas naturezas e múltiplas procedências. Por essa altura, começaram também a proliferar as “Galerias” palacianas, com exposição de pinturas e esculturas. Ao mesmo tempo que eram fundadas sociedades e instituições, com intuítos científicos. São exemplo disso, os jardins botânicos de Pisa (1543) e de Pádua (1545), a Real Sociedade de Londres (1660) e a Academia de Ciências de Paris (1666). No Brasil, a primeira coleção parece ter sido formada pelo neerlandês conde Maurício de Nassau, por volta de 1640, no Palácio de Friburgo, no Recife, semelhante aos “Gabinetes de Curiosidades”.

E surgem, pela primeira vez, na Europa, Museus (termo resgatado pelos humanistas) com o objetivo de educar o público, ao contrário do que até então acontecia, como ocorreu em Basileia, em 1671, com o primeiro museu universitário, e na Inglaterra, em 1683, com o Museu Ashmolean, na Universidade de Oxford.

Seguiram-se outros, como o Museu Britânico, aberto em Londres, em 1759, e o Museu do Louvre, em Paris, em 1793, já por iniciativa governamental.

O mesmo aconteceu noutros países, do ocidente ao oriente, passando pela América, muito devido ao impulso colonialista. (<https://pt.wikipedia.org/wiki/Museu>).

Como refere Moana Campos Soto (2014, p. 60):

A emergência dos Estados nacionais europeus, já no século XVIII, impulsionou o desenvolvimento e a consagração definitiva dos museus. A necessidade de se constituir uma identidade nacional, por meio do patrimônio como herança coletiva da nação, surge como um dos alicerces fundamentais para a legitimação dos novos Estados.

E, mais adiante:

A idéia de um museu a serviço do público, financiado e administrado pelo Estado, é a expressão máxima do espírito iluminista. O reconhecimento da importância, do valor da educação pública e universal difundiu a idéia de que as coleções, que anteriormente eram fonte de instrução e prazer de poucos, deveriam ser acessíveis a todos (SOTO, 2014, p. 60).

### 3 OS MUSEUS EM PORTUGAL

Portugal não ficou indiferente aos novos ventos museológicos, sob a influência do pensamento iluminista e enciclopédico.

Assim, da reforma pombalina de 1772, resultaram o Real Museu da Ajuda (com um Museu de História Natural, um Jardim Botânico e um Gabinete de Física), feito pelo Marquês de Pombal para o príncipe D. José, neto de D. José I, e os Museus da Universidade de Coimbra (também com um Museu de História Natural, um Jardim Botânico e um Gabinete de Física Experimental), destinados a estudantes.

Assim o documenta, por exemplo, este excerto dos *Estatutos da Universidade de Coimbra*, de 1772:

E porque muitas pessoas particulares por gosto e curiosidade tem ajuntado muitas Colecções deste genero, que fechadas nos seus Gabinetes privados não produzem utilidade alguma na Instrução pública; e ficam pela maior parte na mão de herdeiros destituídos do mesmo gosto; os quaes não sómente as não sabem conservar; mas também as dissipam, e destroem; e poderão os ditos primeiros possuidores deixar as referidas Colecções ao Gabinete da Universidade, que deve ser o

Thesouro público da Historia Natural para a Instrução da Mocidade, que de todas as partes dos meus Reinos, e Senhorios a ella concorrem (Estatutos da Universidade de Coimbra, MDCCLXXII, p. 265 *apud* RAMOS, 1993, p. 22).

Outros se lhes seguiram, incluindo o Museu Nacional, criado pela então jovem sociedade científica, a Academia das Ciências de Lisboa, de 1779.

De destacar, neste contexto, a criação, cerca de meio século mais tarde, do Museu Real do Rio de Janeiro, criado por decreto do ainda Príncipe Regente, futuro D. João VI, com data de 6 de junho de 1818. Nele se determina, além do mais:

Querendo propagar os conhecimentos e Estudos das Sciencias Naturaes do Reino do Brasil, que encerra em si milhares de objectos dignos de observação e exame, e que podem ser empregados em beneficio do Commercio, da Industria e das Artes, que muito desejo favorecer, como gandes manancias de riqueza: Hei por bem que n'esta corte se estabeleça um Museu Real, para onde passem quanto antes os instrumentos, machinas e gabinetes que já existem dispersos por outros lugares; ficando tudo a cargo das pessoas que Eu para o futuro Nomear (RIBEIRO, 1874, p. 312 *apud* RAMOS, 1993, p. 29).

Em 1821, vésperas da independência do Brasil, uma portaria regulamentava as visitas e segurança do museu:

Manda S. A. R. o principe regente [...] que houve por bem [...] que faculte a visita do museu, na quinta feira de cada semana, desde as dez horas da manhã até à uma da tarde, não sendo dia santo, a todas as pessoas, assim estrangeiras como nacionaes, que se fizerem dignas pelos seus conhecimentos e qualidades; e que para conservar-se em taes occasiões a boa ordem e evitar-se qualquer tumulto, tem o mesmo senhor ordenado pela repartição da guerra que no referido dia se mandem alguns soldados da guarda real da policia para fazer ahi o socego que é conveniente (RIBEIRO, 1874, t. IV, p. 311 *apud* RAMOS, 1993, p. 29).

Com a chegada do liberalismo, ainda durante o cerco do Porto, D. Pedro deliberou, em 1833, estabelecer aí um “Museu de Pinturas, Estampas, e outros objectos de Bellas Artes” (RAMOS, 1993, p. 30).

Mas o primeiro museu aberto ao público, no Porto, em 1838, foi o Museu Allen, um museu privado, pertença de “[...] João Allen (1785-1848) um rico comerciante de origem britânica que, depois de um curto período de estadia no estrangeiro, estabeleceu os seus negócios na cidade do Porto” (PIMENTEL, 2005, p. 36).

Com a vitória dos liberais, em 1834, aparece toda uma legislação, nomeadamente com Passos Manuel (1801-1862), com vista, além do mais, a promover a formação dos portugueses, reformar a instrução pública, criar conservatórios, academias, bibliotecas e museus, a nível nacional e regional. Além da qualidade e quantidade dos museus deste período, o grande legado do liberalismo foi a implementação da ideia de museu público (RAMOS, 1993, p. 30-35).

O incremento do colonialismo, na segunda metade do séc. XIX, levou à criação do Museu Colonial, em 1870, e da Sociedade de Geografia de Lisboa, com o seu museu, em

1875. É por essa época que aparecem também os Museus de Belas Artes, de Arqueologia e da Indústria.

O Museu Colonial de Lisboa, aberto ao público em 15 de maio de 1870, tinha por objetivo dar a conhecer as riquezas das colónias, para nacionais e estrangeiros. Sintomático o Relatório de José de Mello Gouveia, de 1871, que acompanha o seu Regulamento:

A existência do museu colonial significa a satisfação de um progresso protraído por causas superiores à vontade dos poderes publicos e espero que dentro em poucos anos se ha de recomendar por effeitos mais valiosos do que se cuida. Finda a epocha de transição motivada pela extinção do trafico da escravatura e rasgados os caminhos da nova existência das províncias ultramarinas, hoje reanimadas pelo trabalho, convem auxiliar por todos os meios esta proveitosa transformação e de certo um dos mais efficientes e aconselhados é tornar conhecidos os seus productos e facilitar a procura e a venda d'elles, expondo-os em um centro populoso e visitado de todas as nações, como é a capital do reino (GOUVEIA, 1871 *apud* RAMOS, 1993, p. 41).

O Museu Colonial, integrado no Ministério dos Negócios da Marinha e do Ultramar, foi, em 1892, anexado ao Museu da Sociedade de Geografia, do que resultou o Museu Colonial e Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa, que foi, no dizer de Ernesto Veiga de Oliveira, “[...] até à criação do Museu de Etnologia do Ultramar [...] o único verdadeiro museu de etnologia geral de Lisboa” (OLIVEIRA, 1971, p. 27 *apud* RAMOS, 1993, p. 42).

O último (grande) museu da monarquia foi o Museu dos Coches Reaes, inaugurado em 23 de maio de 1905, o qual, em 1911, após a implantação da República, se passou a designar Museu Nacional dos Coches. Foi uma iniciativa da rainha D.<sup>a</sup> Amélia (1865-1951) e ficou instalado no Picadeiro Real do Paço de Belém, com um grande e variado acervo de viaturas, incluindo os Coches Reais. Este museu mudou de instalações em 23 de maio do corrente ano de 2015.

O primeiro museu da República foi o Museu da Revolução, inaugurado logo em 29 de dezembro de 1910, aproveitando muitos dos objetos dispersos, que se encontravam na associação “O Vintém Preventivo”, recordações de alguns que haviam lutado pela causa republicana. Ficou instalado em cinco salas, nas dependências do então Colégio do Quelhas: Sala da Marinha, Sala do Exército, Sala dos Documentos, Sala do Povo e Sala Buiça e Costa (RAMOS, 1993, p. 45).

Mas o primeiro ato importante da República, quanto aos museus, foi a publicação do Decreto n.º 1, de 26 de maio de 1911. Nele se estabelecia, além do mais, uma divisão territorial em três circunscrições artísticas, sediadas em Lisboa, Coimbra e Porto, e considerava o contributo dos museus para o ensino artístico e a educação geral, realçando também a importância dos museus regionais, do que resultaria a criação de 13 destes museus, entre 1912 e 1924 (RAMOS, 1993, p. 45-46). Isso permitiu a vários municípios criarem os seus próprios museus, aproveitando, muitas vezes, edifícios e espólios expropriados à Igreja. Já durante o Estado Novo, o Decreto-Lei n.º 20985, de 7 de março de 1932, mais conhecido por “Carta Orgânica dos Museus Portugueses”, constituiu o principal instrumento para a organização do sistema museológico, de acordo com os programas governamentais e institucionais, preconizando que os museus portugueses se deviam organizar de acordo com os modelos corporativos, segundo a ideologia do regime (PIMENTEL, 2005, p. 89). Dá-se bastante importância aos museus regionais e municipais, nomeadamente nas áreas da etnografia e história, aproveitando-se deles como meios de

propaganda política do e para o regime. E, no aspeto legislativo, reveste-se de singular importância o “Regulamento Geral dos Museus de Arte, História e Arqueologia”, publicado com o Decreto-Lei n.º 46758, de 18 de dezembro de 1965.

Uma referência especial merece o Museu de Etnologia do Ultramar, criado pelo Decreto n.º 46254, de 19 de março de 1965, herdeiro, por caminhos sinuosos, do velho Museu Colonial, de 1870.

Como referiu Ernesto Veiga de Oliveira, quase um século se passara até à construção de um estabelecimento museal “[...] onde se encontrassem efectivamente documentadas as culturas das populações do Ultramar Português, e que, de um modo geral, exprimisse a expansão portuguesa no Mundo”.

E, mais adiante:

Na realidade, o âmbito do Museu de Etnologia do Ultramar transcende largamente o que inicialmente se pensara: ele não seria apenas um museu do Ultramar Português, mas um museu etnológico de âmbito universal – o único desse nível em Portugal –, chamado a preencher uma lacuna existente nas instituições científicas nacionais, particularmente sensível num País como o nosso, que tão decisivo papel desempenhou no que se refere ao conhecimento dos povos de todo o Mundo. [...] a despeito do nome que lhe foi imposto, teve sempre um carácter universalista, de acordo com uma conceptualização definida entre nós a partir de Adolfo Coelho e Leite de Vasconcelos, reformulada em seguida por Jorge Dias (OLIVEIRA, 1972 *apud* RAMOS, 1993, p. 58).

Durante vários anos a funcionar em instalações provisórias, no Palácio Vale Flor, no Alto de Santo Amaro, em Lisboa, passou, em 1974, a designar-se simplesmente Museu de Etnologia. Nesse mesmo ano, foi transferido, para um novo edifício construído para o efeito, na zona do Restelo, inaugurado em 1976. Em 1989, já na dependência do então Instituto Português de Museus (IPM), passou a chamar-se Museu Nacional de Etnologia.

Foi ainda, no já longínquo ano de 1965, que foi criada a Associação Portuguesa de Museologia (APOM) – e começou a funcionar, no Museu Nacional de Arte Antiga, o “Curso de Conservador de Museu”.

Depois do 25 de Abril de 1974, muitas outras instituições e movimentos haveriam de surgir, de uma forma ou outra ligadas à defesa e valorização do património cultural, com evidentes repercussões no âmbito da museologia.

#### 4 UMA RUTURA EPISTEMOMUSEOLÓGICA

No século XX, na museologia, há um antes e um depois de Santiago do Chile de 1972. De fato, foi nesse ano que o Conselho Internacional de Museus (ICOM), a pedido da UNESCO, agência das Nações Unidas, organizou a “Mesa Redonda sobre o Desenvolvimento e o Papel dos Museus no Mundo Contemporâneo”, em Santiago do Chile, de 20 a 31 de maio de 1972, onde foi aprovada uma Declaração que marca um virar de página, no pensamento e prática da museologia, uma verdadeira rutura epistemológica.

Essa Mesa Redonda foi a nona desse género e a terceira na América Latina, depois das do Rio de Janeiro e do México.

Na referida declaração, começa-se por estabelecer os princípios de base do Museu Integral. Aqui, depois de analisar as apresentações sobre os problemas do meio rural e urbano, bem como o desenvolvimento técnico-científico e da educação permanente, os participantes reconheceram a importância dessa problemática, para o futuro da sociedade

latino-americana, Por isso, consideraram a necessidade de os museus terem em conta a atual situação e as diferentes soluções para melhorá-la, como condição essencial para a sua integração na vida da sociedade. Nesse sentido, acharam os participantes que os museus podem e devem desempenhar um papel na educação da comunidade.

Estabelecidos os princípios, seguiram-se as resoluções adotadas, com diversos considerandos, apontando para uma mudança do museu na América Latina e a criação de uma Associação Latino-Americana de Museologia, com várias recomendações à UNESCO, atendendo a que, além do mais,

Um dos resultados mais importantes a que chegou a mesa-redonda foi a definição e proposição de um novo conceito de acção dos museus: o museu integral, destinado a proporcionar à comunidade uma visão de conjunto de seu meio material e cultural. Ela surge que a UNESCO utiliza os meios de difusão que se encontrem à sua disposição para incentivar esta nova tendência (ICOM, 1999, p. 120).

Ao contrário do que era habitual, esta Mesa Redonda contou, essencialmente, com não-museólogos latino-americanos, para falar aos museólogos da América-Latina, sobre o desenvolvimento no mundo contemporâneo. Foram escolhidos quatro temas: urbanismo, agricultura, tecnologia e educação.

Hugues de Varine (2012a, p. 142), na altura Presidente do ICOM, e o principal mentor e organizador desta Mesa Redonda, sintetiza assim, num texto de 29 de setembro de 1984, os resultados desse encontro:

Para concluir, penso que diversos princípios podem ser extraídos da experiência de Santiago:

- a. formação, sobretudo permanente, dos museólogos deve recorrer a especialistas de outras disciplinas, particularmente daquelas que dizem respeito ao presente e ao futuro da sociedade de seu entorno;
- b. o museu é uma instituição a serviço do meio: este deve entrar no museu e seu o público é, antes de tudo, a população da comunidade;
- c. os melhores modelos são aqueles elaborados pelos próprios interessados, e os especialistas externos são, na melhor das hipóteses, inúteis e, na pior delas, perigosos.

Num outro texto, de 2000, o mesmo autor continua:

Se relemos, hoje, os textos de Santiago, nos daremos conta de que, evidentemente, eles envelheceram, tanto na forma como no conteúdo. Mas continua possível encontrar seu sentido verdadeiramente inovador, senão revolucionário.

O mais novo, em minha avaliação, para além do contexto da época, são as duas noções, que aparecem melhor, mas às vezes de forma desajeitada, não propriamente nestas nas resoluções, mas nos “considerandos”:

- a de museu **integral**, ou seja, aquele que leva em conta a totalidade dos problemas da sociedade;
- a de museu como **ação**, ou seja, como instrumento dinâmico da mudança social.

Deixou-se de lado o que havia, ao longo de mais de dois séculos, constituído mais claramente a vocação do museu: as missões de coleta e de conservação. Chega-se, ao contrário, a um conceito de **patrimônio**

**global a ser gerido** em prol do interesse do homem e de todos os homens (VARINE, 2012a, p. 143-144).

Quais as consequências da Mesa Redonda de Santiago do Chile?  
Dá-se novamente a palavra a Hugues de Varine (2012a, p. 144):

Nos grandes museus da América Latina, não houve grandes mudanças. Os acervos nacionais e suas instituições imitam, em maior ou menor grau, os estilos museológicos em vigor no mundo industrializado, os imperativos turísticos, os gostos das oligarquias do poder e do dinheiro continuam sendo a norma. A maioria dos participantes de Santiago não conseguiu concretizar as decisões tomadas [...] Experiências foram e continuam sendo feitas na América Latina: a “Casa del Museo” no México, que sucumbiu mas cujas lições foram analisadas e cumpridas; os museus comunitários, locais e escolares no México; museus comunitários, por vezes chamados de ecomuseus, no Brasil etc. Não tenho muito conhecimento sobre o que aconteceu em outros lugares. No resto do mundo, o impacto de Santiago foi considerável, mas **tardio** [...]. Os ecomuseus “de desenvolvimento”, na França, em Portugal, no Quebec, na Suécia e na Noruega, são herdeiros confessos de Santiago. O Movimento Internacional por uma Nova Museologia (Minom) e suas sucessivas oficinas internacionais referem-se explicitamente a Santiago, assim como as declarações de Quebec, de Lisboa e de Oaxaca. [...] É, mais impressionante ainda, acaba de nascer o primeiro museu comunitário nos Estados Unidos (em uma comunidade indígena) e em 1995 os ecomuseus (no sentido do museu integral) foram tema de uma oficina da American Association of Museums, na Filadélfia. Finalmente, também por iniciativa da Unesco, o encontro de Caracas, em 1992, permitiu, com o recurso a métodos renovados mas com o mesmo espírito, atualizar a doutrina de Santiago, desenvolvê-la, disseminá-la entre a nova geração de museólogos.

Na linha de pensamento e ação de Santiago do Chile, aconteceram, além de outros, como marcos fundadores importantes, ainda no século passado:

- Primeiro Encontro de Ecomuseus do Quebec, em 1984, com a respetiva Declaração, de 12 de outubro, onde se estabelecem os princípios básicos para uma Nova Museologia;
- Declaração de Oaxtepec, de 18 outubro de 1984, no México, que reconhece a interligação indissolúvel do território-património-comunidade e valoriza o papel do ecomuseu, designação pela primeira vez utilizada em público, em 1971, por Hugues de Varine, na IX Conferência do ICOM, em Grenoble, França;
- Assembleia Geral Constituinte do MINOM (Movimento Internacional para uma Nova Museologia), em 10 de novembro de 1985, no 2.º Atelier Internacional da Nova Museologia, em Lisboa;
- Declaração de Caracas, na Venezuela, em 5 de fevereiro de 1992, onde se procurou refletir sobre a situação museológica do momento e fazer uma atualização dos conceitos da Mesa Redonda, realizada 20 anos antes, em Santiago;

- Constituição do MINOM em Portugal, por Escritura Pública de 23 de junho de 1995.

Muitos outros encontros se realizaram e documentação foi e continua a ser produzida, desde então a esta parte, já por este século adentro, que seria fastidioso enumerar. O mais difícil foi lançar as bases e prosseguir com esta aventura epistemomuseológica, iniciada em Santiago da Chile, há 43 anos.

## 5 A NOVA MUSEOLOGIA EM PORTUGAL

Como movimento bastante abrangente, tanto a nível teórico como metodológico, a Nova Museologia anda a par com outras designações para a renovação pretendida na museologia.

Assim, com sentido mais ou menos equivalente, há, hoje, outras expressões com significado semelhante: Museologia Crítica; Museologia Pós-Moderna; Museologia Social; Sociomuseologia; Ecomuseologia; Museologia Integral; Museologia Activa: Museologia da Comunidade; etc.

Analisando um pouco mais aprofundadamente cada um dos referidos conceitos, com as práticas que lhes estão associadas, verifica-se que há, entre eles, diferenças de significado. No entanto, existe um denominador comum: a procura de algo inovador em relação à museologia anterior.

Mesmo sem cair nos fundamentalismos de *maio de 68*, com os estudantes (e talvez alguns professores) a gritarem “La Jaconde au métro” (“A Jaconda/Gioconda no metropolitano”) e a reclamarem a supressão de todos os museus, com dispersão das suas coleções pelos espaços públicos, ou, nos Estados Unidos, alguns artistas a rejeitarem a arte e os museus (DUARTE, 2013, p. 99), sentiu-se a necessidade de uma renovação na museologia, nomeadamente da década de sessenta do século passado a esta parte, como se viu.

Por isso, entende-se aqui, por “Nova Museologia”, qualquer das práticas inclusíveis nas designações antes referidas, ou equiparadas.

Como refere António Nabais (1993, p. 66), “A partir da década de oitenta a vida museal portuguesa beneficiou de alterações inovadoras, que se traduziram em **novas práticas museológicas, no alargamento do conceito de património museológico, na renovação e criação de novos museus.**”

A base legal para essa mudança encontra-se na Lei n.º 13/85, de 6 de julho, com fundamento na Constituição da República Portuguesa, de 1976.

O termo “ecomuseu” foi apresentado oficialmente por Hugues de Varine, em 1971, como já se referiu, para ser usado na Conferência Internacional do ICOM, em Grenoble, pelo ministro francês do ambiente Robert Poujad. Mas o desenvolvimento do conceito deve-se a Georges-Henri Rivière, Hugues de Varine e Marcel Evrard. Na altura, era, aliás, este último, o diretor do bem conhecido e influente “Ecomusée de Le Creusot-Montceau-les-Mines”, na Borgonha, em França.

Citando François Hubert, Cristina Pimentel (2005, p. 180-181) sintetiza a historiografia do conceito do ecomuseu, em França:

O primeiro [...] vai [...] das primeiras impressões no seio dos parques regionais até 1971. [...] O ecomuseu é um museu ao ar livre. [...] Os conjuntos de casas de habitação e dos espaços de trabalho são reconstruídos [...] os campos são recultivados, [...] o meio envolvente conservado tal como está. O ecomuseu concebido desta forma tem uma

pretensão de globalidade”. O segundo período estende-se de 1971 a 1980, e é marcado pela introdução de uma nova dimensão: o tempo. Como Hubert escreve “[...] os ecomuseus da geração seguinte solidificam o conceito de espaço. Torna-se então necessário adicionar-lhes um museu do tempo, que lhes confira uma perspectiva histórica”. [...] O terceiro período, estende-se de 1980 em diante e é marcado pela “[...] predominância do estatuto associativo e pela multiplicação de áreas de intervenção. A participação da população passa a ser tão importante como as questões da conservação do meio ambiente, a Carta de Santiago torna-se na referência filosófica predominante e os modelos a seguir são os da Casa del Museo no México ou o Museu de Comunidade de Anascotia nos EUA [...].

A primeira tentativa de criar um museu, em Portugal, dentro da perspectiva do que veio a designar-se como Nova Museologia, remonta a 1975, quando se pretendeu fazer um ecomuseu, a que se seguiram outros projetos museológicos com a utilização de tal denominação (PIMENTEL, 2005, p. 155-156).

Essa intenção ocorreu com o projeto do arquiteto paisagista Fernando Pessoa, que contou com a ajuda direta do próprio Georges-Henri Rivière, para o “Ecomuseu do Parque Natural da Serra da Estrela”, que incluiria uma unidade museológica central e vários departamentos disseminados por diversos edifícios e aldeias, à semelhança do que acontecia com os ecomuseus franceses. No entanto, tal projeto nunca se viria a concretizar (PIMENTEL, 2005, p. 182).

Por isso, foi preciso esperar pela inauguração do “Ecomuseu Municipal do Seixal”, em 18 de maio de 1982, para aparecer o primeiro ecomuseu em Portugal.

Este ecomuseu, segundo o autor/coordenador do respetivo projeto, António Nabais,

[...] estende-se por todo o território do município. Compreendendo vários núcleos museológicos, que *in situ* conservam e valorizam o património. O Núcleo Sede, para além de apresentar uma síntese da história do concelho com a exibição de objectos de várias épocas – tempos geológicos, pré-história, romanização, Idade Média e Idade Moderna (pré e proto-industrialização), Idade Contemporânea (industrialização e desindustrialização) – possui os serviços técnicos e administrativos, reservas e centro de documentação (NABAIS, 1993, p. 67).

Museu da tipologia dos ecomuseus, no dizer de Hugues de Varine, em 1983, que assim o caracterizou:

[...] possui as verdadeiras características de um ecomuseu com o espírito dos ecomuseus de desenvolvimento, com um território bem definido, uma comunidade que participa de várias formas, com preocupação global de estudo histórico, constituindo actualmente uma das experiências mais originais e inovadoras da museologia portuguesa (NABAIS, 1993, 67).

Outras práticas e experiências inovadoras surgiram em Portugal, tanto a nível local como municipal. Apenas para referir algumas, sem pretender ser exaustivo: Museu de Mértola; Núcleo Museológico Naval de Almada; Museu Municipal de Alcochete; Museu Rural e do Vinho do Concelho do Cartaxo; Museu Agrícola de Entre Douro e Minho; Casa

Rural e Tradicional da Chamusca; Núcleo Museológico de Alverca; Museu Municipal de Vila Franca de Xira; Museu da Cidade e Museu do Trabalho, em Setúbal; Museu do Traje, em S. Brás de Alportel; Museu do Casal de Monte Redondo, a casa mãe da Nova Museologia em Portugal; enfim, o Museu Etnográfico de Vilarinho da Furna, surgido de uma ideia dos anos sessenta, do século passado, quando se tornou inevitável a construção da barragem que haveria de submergir a aldeia que lhe deu o nome.

Em torno do Museu de Vilarinho, inaugurado em 14 de maio de 1989, já se veio a constituir um Núcleo Museológico, no Campo do Gerês, que, além do museu original, compreende uma das Portas do Parque Nacional da Peneda-Gerês, o Museu da Geira e o Museu Subaquático de Vilarinho da Furna, além de todo um espaço museal, onde, além do mais, se faz a conservação da herança romana (com a sua via e marcos miliários), da rede dos trilhos pedestres, das cabanas dos pastores, do fojo do lobo, numa área de 2000 hectares, nas serras Amarela e Gerês, no norte de Portugal (ANTUNES, 1985, 1994, 2005, 2014).

Fazendo um breve balanço da museologia portuguesa, assim escrevia Mário Moutinho (2012, p. 5):

Os museus das grandes cidades, que até ao 25 de Abril ocupavam um lugar central na museologia em Portugal, olharam com desconfiança os novos museus que um pouco por todo o País foram sendo criados no âmbito das associações culturais, associações locais de desenvolvimento, e de autarquias, tanto municípios como freguesias. E esses novos museus são hoje a realidade museológica em Portugal. Dos cerca de 1500 Museus existentes menos de 100 existiam antes do 25 de Abril. Hoje a museologia em Portugal é descentralizada, cobre o país inteiro e envolve centenas de milhares de pessoas directamente.

A Nova Museologia em Portugal tem sido difundida principalmente pelo MINOM, através da organização (quase) anual das “Jornadas sobre a Função Social do Museu”, desde as primeiras, em 1988, em Vila Franca de Xira, até às mais recentes, as XXII, em Moura, no Alentejo, em 7 e 8 de novembro do ano passado, passando por dezenas de locais dispersos por Portugal inteiro.

Os Encontros Nacionais de Museologia e Autarquias também muito têm contribuído para a divulgação da Nova Museologia.

E, talvez ainda mais importante para essa divulgação, tenha sido o incremento da formação museológica, a nível académico, desde o “Curso de Especialização em Museologia Social”, seguido do “Mestrado em Museologia Social”, no início da última década do século passado, por iniciativa de Mário Moutinho, até aos dias de hoje, já com doutoramentos em museologia, em algumas universidades portuguesas.

Nesta área, foi pioneira a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, de Lisboa, com o primeiro doutoramento em museologia, em Portugal e no espaço lusófono, aprovado em 2007. Várias teses já aqui foram elaboradas e defendidas, sobretudo por doutorados de Portugal e do Brasil, devido a uma excelente cooperação de professores e alunos dos dois países. Como vão longe os tempos do modesto “Curso de Conservador de Museu”, de 1965!...

Nestas condições, qual o futuro da museologia?

Recorde-se, a propósito, a resposta de Hugues de Varine a Mário Chagas (1996, p. 11-12), nos idos de 23 de novembro de 1995:

Penso, pessoalmente, não como museólogo, mas como actor de desenvolvimento local e militante de acção comunitária que o museu pode e deve escolher entre três formas principais:

- **o museu-espectáculo**, destinado a públicos cativos: turistas, meios cultos; escolares em grupos organizados e guiados. Esses museus serão cada vez maiores, cada vez mais dispendiosos, cada vez mais visitados, quer dizer “consumidos”. Serão supermercados da cultura oficial. Ao final, serão todos parecidos.
- **o museu-colecção**, destinado às pesquisas avançadas, às produções complexas, a públicos mais ou menos especializados, para os quais a colecção é a primeira justificativa. Esses museus atrairão cada vez mais públicos “inteligentes”, utilizarão métodos de comunicação sofisticados, abrir-se-ão tanto quanto possível às comunidades de geometrias diferentes. Serão todos únicos e criarão entre eles redes de cooperação análogas às redes universitárias actuais.
- **o museu-comunitário**, saído da sua comunidade e cobrindo o conjunto do seu território, com vocação global ou “integral”, processo vivo que implica a população e não se preocupa com o público que é ao mesmo tempo o centro e a periferia. A vida desses museus será curta ou longa, alguns nem se chamarão museus, mas todos seguirão os princípios da nova museologia (Santiago, Quebec, Caracas, etc.) no seu espírito, senão na sua letra.

## 6 CONCLUSÃO

Neste andar “Pelos Caminhos da Museologia em Portugal”, percorreram-se as tortuosas veredas que vêm da Arca de Noé até aos nossos dias.

Voltando ao mito, sem abandonar ciência, é altura de apontar para uma museologia participativa, não restritiva, longe do nepotismo bíblico dos tempos do velho patriarca, com vocação democrática, pelos trilhos desbravados desde Santiago do Chile a esta parte.

No caso da Nova Museologia em Portugal, reconhece-se que o MINOM, nascido em Lisboa, a 10 de novembro de 1985, tem desempenhado um papel fundamental, procurando fomentar a reflexão sobre ideias e práticas museológicas, que coloquem os museus ao serviço das comunidades em que se inserem e das suas perspectivas de desenvolvimento. Com uma Museologia Social que encoraje a consciência política, o exercício da cidadania, a participação comunitária e o espírito de iniciativa, ao serviço da realização do ser cultural, enfim, do ser humano.

### *THROUGH THE PATHS OF THE MUSEOLOGY IN PORTUGAL*

#### **Abstract**

*The humanity began with the recollection. The myths, the stories and history take us to there. From the recollection to collection passed millennia. And millennia also passed to the "House of the Muses". Both the West as in the East. As millennia (since less) passed to the "Cabinets of Curiosities" or the "Chambers of Wonders", to reach the official Museum, open to the public only in the nineteenth century, in Brazil before than in Portugal. This is a pretext to introduce the "The Paths of Museology in Portugal", from its origins to the present day. Which shows that Portugal did not remain indifferent to the museum winds, under the influence of the enlightenment and the encyclopaedism, in the XVIII century; passing then by the liberalism of the XIX century till the end of the monarchy; entering the First Republic and the dictatorship of the "Estado Novo", until after April 25, 1974, where it gives a museum break, with the proliferation of new museums throughout the country, under the auspices of the New Museology.*

**Keywords:** *Ecomuseum, ICOM, Integral Museum, New Museology, MINOM.*

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Manuel de Azevedo. Vilarinho da Furna: um projeto museológico de turismo sustentável, p. 22-35. **Revista Iberoamericana de Turismo**, v. 4, 2014.

\_\_\_\_\_. **Vilarinho da Furna: memórias do passado e do futuro**. 2 ed. Lisboa: CEPAD/ULHT, 2005.

\_\_\_\_\_. **Requiem por Vilarinho da Furna: uma aldeia afundada**. Lisboa: Biblioteca da Universidade Lusófona, 1994.

\_\_\_\_\_. **Vilarinho da Furna: uma aldeia afundada**. Lisboa: A Regra do Jogo, Edções, 1985.

**Bíblia Sagrada**. Lisboa: Difusora Bíblica, 1964. (Original em hebraico e grego, composto entre o séc. XI a.C e o séc. I d.C.).

CHAGAS, Mário. Respostas de Hugues de Varine às perguntas de Mário Chagas. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 5, n. 5, p. 5-18, 1996.

Del VALLE, Juvencio. Discurso pronunciado na Biblioteca Nacional, p. 112. In: JUNIOR, José do Nascimento; TAMP, Alan; SANTOS, Paula Assunção dos (Org.). **Mesa Redonda sobre la Importancia y el Desarrollo de los Museos en el Mundo Contemporáneo: Mesa Redonda de Santiago de Chile, 1972**, v. 1. Brasília: IBRAM, 2012a.

DESVALLÉES, André (Org.). **Vagues: une anthologie de la nouvelle muséologie**, v. 1. Savigny-le-Temple: Éditions W, M.N.E.S., 1992.

DUARTE, Alice. Nova Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda novadora, p. 99-117. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio**, v. 6, n. 1, 2013.

ESTATUTOS da Universidade de Coimbra. Lisboa, MDCCLXXII.

GOUVEIA, José de Mello. Relatório de 26 de Janeiro. **Diário do Governo**, n. 31, de 8 de Fevereiro de 1871.

ICOM. Declaração de Caracas - 1992. **Cadernos de Sociomuseologia**, n. 15, p. 243-265, 1999.

\_\_\_\_\_. Declaração de Quebec: Princípios de Base de uma Nova Museologia - 1984. **Cadernos de Sociomuseologia**, n. 15, p. 223-225, 1999.

\_\_\_\_\_. Mesa-Redonda de Santiago do Chile - 1972. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 15, n. 15, p. 111-121, 1999.

JUNIOR, José do Nascimento; TAMP, Alan; SANTOS, Paula Assunção dos (Org.). **Mesa Redonda sobre la Importancia y el Desarrollo de los Museos en el Mundo Contemporáneo: Mesa Redonda de Santiago de Chile, 1972**, v. 1. Brasília: IBRAM, 2012a.

\_\_\_\_\_. Mesa Redonda sobre la Importancia y el Desarrollo de los Museos en el Mundo Contemporáneo. **Revista Museum**, 1973, v. 2. Brasília: IBRAM, 2012b.

MINOM. **Declaração de Moura**. Moura (Portugal), 9 de novembro de 2014.

\_\_\_\_\_. **Declaração do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 10 de agosto de 2013.

\_\_\_\_\_. **Declaração de Lisboa**. Lisboa, 10 de novembro de 1985.

MOUTINHO, Mário. XX Jornadas sobre a Função Social do Museu: Monte Redondo 2012. **Boletim do MINOM Portugal**, n. 1, terceira série, p. 5-8, outubro de 2012.

\_\_\_\_\_. Sobre o Conceito de Museologia Social. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 1, n. 1, p. 7-9, 1993.

NABAIS, António José C. Maia. Museus na Actualidade, p. 63-76. In: ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (Coord.). **Iniciação à Museologia**. Lisboa: Universidade Aberta, 1993.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de. Introdução. **Catálogo da Exposição Museu de Etnologia do Ultramar: Povos e Culturas**. Lisboa, 1972.

\_\_\_\_\_. Apontamentos sobre Museologia. **Museus Etnológicos**, n. 6. Lisboa, 1971.

PIMENTEL, Cristina. **O Sistema Museológico Português (1833-1991)**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, janeiro de 2005.

PRIMO, Judite. O Social como Objecto da Museologia. **Cadernos de Sociomuseologia**, n. 3, v. 47, p. 5-28, 2014.

\_\_\_\_\_. Documentos Básicos de Museologia: principais conceitos. **Cadernos de Sociomuseologia**, n. 41, p. 31-44, 2011.

RAMOS, Paulo Oliveira. Breve História do Museu em Portugal, p. 20-62. In: ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (Coord.). **Iniciação à Museologia**. Lisboa: Universidade Aberta, 1993.

RIBEIRO, José Silvestre. **História dos Estabelecimentos Científicos, Litterarios e Artísticos em Portugal nos Sucessivos Reinados da Monarquia**. Lisboa: Typographia da Academia Real das Ciências, 1872 a 1889.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. Reflexões sobre a Nova Museologia. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 18, n. 18, p. 1-25, 2002.

SOTO, Maona Campos. Dos Gabinetes de Curiosidade aos Museus Comunitários: a construção de uma conceção museal ao serviço da transformação social. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 48, n. 4, p. 57-81, 2014.

TINOCO, Alfredo. Une muséologie nouvelle pour des hommes nouveaux: identité et globalisation. **Cadernos de Sociomuseologia**, n. 42, p. 7-26, 2012.

VARINE, Hugues de. A museologia se encontra com o mundo moderno, p. 142. In: JUNIOR, José do Nascimento; TAMP, Alan; SANTOS, Paula Assunção dos (Org.). **Mesa Redonda sobre la Importancia y el Desarrollo de los Museos en el Mundo Contemporáneo: Mesa Redonda de Santiago de Chile**, 1972, v. 1. Brasília: IBRAM, 2012a.

\_\_\_\_\_. Em torno da mesa-redonda Santiago: as minhas lembranças da aventura de Santiago, p. 143. In: JUNIOR, José do Nascimento; TAMP, Alan; SANTOS, Paula

Assunção dos (Org.). **Mesa Redonda sobre la Importancia y el Desarrollo de los Museos en el Mundo Contemporáneo**: Mesa Redonda de Santiago de Chile, 1972, v. 1. Brasília: IBRAM, 2012a.

WEIBEL, Peter. O museu: entre a Arca de Noé e o *hedge fund*. **Iner|in|venção**: Coleção ZKM | Karlsruhe, p. 9-21. Évora: Forum Fundação Eugénio de Almeida, novembro de 2013.

#### Sites consultados

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Musa> Acedido em: 20 de agosto de 2015.

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Museu> Acedido em: 20 de agosto de 2015.

[https://www.facebook.com/permalink.php?id=754496271247200&story\\_fbid=770366392993521](https://www.facebook.com/permalink.php?id=754496271247200&story_fbid=770366392993521) Acedido em: 20 de agosto de 2015.

Artículo recibido el 13/09/2015. Aceptado para su publicación en 30/09/2015.